

CONJUNTURA / Ao quebrar o monopólio da Petrobras, nova lei sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro tem tudo para estimular investimentos, aumentar a concorrência e reduzir preços para empresas e consumidores, acreditam especialistas

Mais competição no gás

» VERA BATISTA

O presidente Jair Bolsonaro sancionou o Projeto de Lei 4.476 de 2020, que trata do novo marco regulatório do setor de gás, sem vetos, ou seja, da forma como saiu do Congresso em 17 de março. O texto contou com o apoio de entidades empresariais de peso, que defendem a harmonização das regras estaduais e federais. A Lei do Gás prevê, também, a desconcentração do mercado, ao impedir que uma mesma empresa atue em todas as fases, da produção e extração até a distribuição. O texto define, ainda, o sistema de autorização em vez de concessão para a exploração do transporte de gás natural pela iniciativa privada, entre outras medidas.

“A nova Lei do Gás vai possibilitar um grande número de investimentos em nosso setor e fomentar a competitividade no mercado, ao acabar com o monopólio estatal. Apesar de todos os benefícios, entendemos que é uma medida a longo prazo, pois a Petrobras ainda tem anunciado aumentos sucessivos no preço do combustível”, afirmou Henrique Costa, diretor-executivo da Accell Solutions, líder na distribuição de medidores de água, luz e gás na América Latina.

Antes mesmo da sanção do chefe do Executivo, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reúne secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal, tinha aprovado a simplificação das regras tributárias da Lei do Gás, por unanimidade. O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, considerou que a regulamentação da lei vai tirar o monopólio da Petrobras e estimular a entrada no mercado de diversos agentes, nacionais e internacionais.

“O Ajuste Sinief (Sistema Nacional de Informações Econômicas Fiscais) representa uma das peças de regulamentação indispensáveis para garantir efetividade à nova Lei, e o Confaz cumpriu a sua missão em assegurar essa ampla mudança”, informou Rodrigues, por meio de nota. O novo marco define que as autorizações não terão tempo definido de vigência, e somente serão revogadas a pedido da empresa; se ela falir ou descumprir obrigações de forma grave; se o gasoduto for desativado ou se a companhia interferir ou sofrer interferência de outros agentes da indústria do gás.

Caso haja mais de um interessado para a construção de um ga-

Hussein Faleh/AFP - 21/4/20



Sucessivos aumentos no preço do gás natural anunciados pela Petrobras se refletem na inflação, sobretudo, porque a petroleira detém o monopólio

soduto, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) deverá fazer um processo seletivo público. Cabe, também, à ANP acompanhar o mercado de gás natural para estimular a competitividade e reduzir a concentração. Nos cálculos do governo, com base em estimativas da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), o novo marco vai triplicar a produção de gás natural até 2030, gerar investimentos entre R\$ 50 bilhões e R\$ 60 bilhões, quatro milhões de empregos em cinco anos e acrescentar 0,5% de crescimento ao PIB nos próximos 10 anos.

Consumidor

A regulamentação da Lei do Gás vai reduzir o preço do insumo para a indústria e para o consumidor final, na análise da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Por meio de nota, a entidade defende a célere e efetiva regulamentação e destaca que ainda há muito a ser feito para a efetiva atração de investimentos domésticos e estrangeiros. Os pontos principais a serem regulamentados para que a lei “pegue”, desta-



Apesar de todos os benefícios, entendemos que é uma medida a longo prazo, pois a Petrobras ainda tem anunciado aumentos sucessivos no preço do combustível”

Henrique Costa,
diretor-executivo da Accell Solutions

ca a CNI, são a classificação de gasodutos, com regras claras para transporte e distribuição do insumo; a criação de mecanismos para harmonização de regulações federais e estaduais; e o detalhamento de autorizações para a construção de novos gasodutos. “A abertura do mercado à competição e a queda do preço do gás



Expectativa de investimentos no setor nos próximos cinco anos

natural de forma consistente são cruciais para o país superar a grave crise provocada pela covid-19. O país terá agora melhores condições para atrair investimentos, enfrentar a acirrada concorrência externa e criar empregos no pós-pandemia”, disse Robson Andrade, presidente da CNI. Para a Associação Brasileira da

Indústria Química (Abiquim), a perspectiva é de que, em poucos anos, com nova logística e mais opções de fornecimento aos consumidores brasileiros, o preço venha a se estabilizar em patamar similar ao verificado nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A Abiquim lembra que metade do gás produzido no país vai para a indústria. Desse montante, a química consome 25%, o que a torna a maior consumidora do insumo. Em alguns segmentos, o uso como fonte de energia pode chegar a 20% do total dos custos de produção, enquanto que, como matéria-prima, pode representar entre 70% e 90%, a depender do produto a ser fabricado.

No entender do presidente-executivo da Abiquim, Ciro Marino, esse choque de energia pode contribuir para a reconstrução de linhas produtivas que migraram para outros países devido ao elevado custo de matéria-prima e energia e dar um fôlego às plantas existentes. Segundo ele, atualmente, as empresas brasileiras chegam a pagar até quatro vezes mais pelo gás natural do que nos Estados Unidos e na Europa.

Eletrobras e EBC na lista de privatização

» AUGUSTO FERNANDES

O presidente Jair Bolsonaro assinou dois decretos que incluem a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e a Eletrobras no Programa Nacional de Desestatização do governo federal. Com a medida, o Executivo autoriza o início dos estudos necessários à estruturação do processo de privatização das duas estatais. A venda da EBC e da Eletrobras foi uma recomendação do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

A inclusão da EBC nessa lista acontece após reiteradas promessas do presidente de extinguir a empresa de comunicação. Durante a campanha eleitoral de 2018, o mandatário falou em encerrar a “TV do Lula”. Com a Eletrobras, por outro lado, não é a primeira ação do governo Bolsonaro no sentido de privatizar a empresa de energia elétrica. Depois de enviar dois projetos de lei ao Congresso, em 2018 e 2019, e não ter sucesso com nenhum dos textos, em fevereiro passado o Executivo editou uma medida provisória para permitir o controle da companhia pelo capital privado.

A proposta prevê que a desestatização seja alcançada, com a emissão de novas ações a serem vendidas no mercado, sendo que a União não poderá participar desta operação. Dessa forma, o Estado deixará de ser o acionista majoritário da Eletrobras, pois a participação do governo cairá para menos de 50% do capital. Em contrapartida, a MP sugere que a União tenha uma golden share — ação preferencial de classe especial que dá ao Estado o poder de veto em deliberações sociais consideradas estratégicas.

Ainda de acordo com o texto, fica vedado que qualquer acionista ou grupo de acionistas exerça votos em número superior a 10% da quantidade de ações em que se dividir o capital votante da Eletrobras.

Em troca da concessão, a União receberá uma outorga dos novos acionistas da empresa. Esse valor será destinado à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), fundo responsável por controlar subsídios presentes na conta de luz. A promessa é de que essa medida reduza as tarifas pagas pelos consumidores pela energia elétrica.

CB.AGRO

Pandemia eleva busca por produtos orgânicos

» GABRIELA BERNARDES*

A pandemia da covid-9 trouxe novos hábitos e uma mudança brusca no estilo de vida das pessoas. A disseminação do novo coronavírus fez consumidores se preocuparem mais com a saúde e buscar uma alimentação saudável. Em consequência disso, o consumo de produtos orgânicos — produzidos sem o uso de agrotóxicos — está cada vez mais em alta no Brasil. Segundo pesquisa da Associação de Promoção dos Orgânicos (Organis), de março a outubro de 2020, o consumo de alimentos orgânicos aumentou em 44,5% no país.

Em entrevista ao *CB.Agro*, programa realizado em parceria pelo *Correio Braziliense* e a TV Brasília, Joe Valle, sócio fundador da fazenda Malunga e dos mercados Malunga, observou que esse crescimento exponencial tem consequências positivas também para o meio ambiente. “Quem consome produtos orgânicos está ajudando a sustentar uma cadeia produtiva

saudável no campo”, destacou.

Com a maior procura por alimentos orgânicos, Valle disse que tem investido em novos tipos de produto que mantenham o conceito de natural e saudável: “Agora, vendemos saladas prontas, que misturam a ideia do fast food com o sabor do slow food, e temos investido também em pizzas”, comentou.

Para o empresário, o aumento do interesse do público por alimentos naturais era inevitável, e a pandemia só antecipou essa tendência: “A pandemia trouxe mudanças que antes pensávamos que levariam cinco ou seis anos”, disse. Com a maior demanda, grandes empresas passaram a também investir em produtos mais saudáveis: “Isso se juntou a um momento especial do agronegócio, que é a questão do conhecimento científico de toda essa parte da produção sustentável, que tem crescido no país e no mundo. Grandes companhias que, antes, se dedicavam à produção de agrotóxicos, hoje pres-

Vivien Doherty Luduvic/TV Brasília.



Valle: produção em maior escala e pesquisa científica reduzem preços e tornam alimentos mais acessíveis

tam muita atenção à questão biológica”, observou.

Custos mais baixos

De acordo com Joe Valle, com o incentivo de grandes empre-

sas, o produto orgânico se torna mais acessível. Além disso, ele destacou o papel importante da pesquisa científica no processo de redução de custos. “A Ciência precisa ser cada vez mais valorizada. Graças às pes-

quisas que realizamos na fazenda Malunga com a Embrapa e a UnB, está sendo possível produzir orgânicos em mais larga escala, e a tendência é democratizar ainda mais o acesso da população aos produtos or-

gânicos, com preços mais baixos.”

“A Embrapa, por exemplo, nos coloca à disposição tecnologias que nos permitem avançar, fazendo mais com menos e, por isso, baixar o custo de produção. Esse ganho é repassado para os nossos clientes, que querem cada vez mais consumir, mas também querem preços baixos. Afinal, a pandemia também afeta a vida financeira”, destacou. Assim, a tendência é que cada vez mais famílias tenham acesso a produtos naturais: “Há uma tendência de se produzir cada vez mais e em maior escala, barateando os produtos e levando o orgânico para a mesa de mais famílias brasileiras”, enfatizou.

De acordo com empresário, além de se destacar na produção, o DF é referência em gestão: “O Distrito Federal é uma referência nacional, tanto de organização de produtores, pois temos um dos sindicatos mais atuantes do país, mas também pelo modelo de apoio aos agricultores familiares, com ênfase na produção orgânica. Há também muita pesquisa, além de muitas propriedades rurais que são referências tecnológicas e sustentáveis no Brasil inteiro”, afirmou.

*Estagiária sob a supervisão de Odail Figueiredo